



LIBERDADE E ALTERIDADE EM MARTIM LUTERO: UM DIÁLOGO COM A TEORIA DA ALTERIDADE DE EMMANUEL LEVINAS

Elton Vinicius Sadao Tada¹

RESUMO: A revisão de textos teológicos, como é o caso do presente texto pode confrontar a tradição de leitura teológica. Isso na verdade é bastante comum e aceitável, pois é válido o pressuposto que a história se desenrola com o confrontamento e sobreposição de idéias. O texto-base que será aqui utilizado será o livro “Da liberdade cristã”, de Martim Lutero. Esse estudo será feito inicialmente de maneira mais analítica e em seu ponto mais crítico contará com o auxílio teórico de Emmanuel Levinas e de sua teoria da alteridade.

PALAVRAS-CHAVE: Alteridade; Emmanuel Levinas; Martim Lutero; Liberdade

1 INTRODUÇÃO

Os clássicos da história mundial são presentes com os quais nossa geração nem sempre sabe lidar bem. O séc. XXI possui um legado incrível de história do pensamento, arte e cultura para ser revisitado. Entretanto a leitura desses clássicos muitas vezes pode ser atrapalhada pela utilização de “óculos” com lentes embaçadas, impedindo assim que o usufruto do patrimônio cultural seja bem feito.

Nos clássicos da Teologia a história se repete. A forma de leitura é um caminho que pode levar a diversos fins, podendo esses serem antagônicos, ou mesmo pertencentes a lugares muito distantes uns dos outros.

A forma que aqui se propõe a fazer a leitura de Martim Lutero é bastante simples. É necessário que se veja a relevância de seu pensamento a partir dos problemas dos dias atuais. Isso não permite que a leitura seja feita a partir de nossos pressupostos de compreensão de termos e conceitos utilizados pelo autor. Ou seja, deve haver o respeito com a integridade da obra e a perspicácia de aplicá-la ao cenário intelectual hodierno a partir de Emmanuel Levinas.

2 DA LIBERDADE CRISTÃ

O presente tópico busca analisar a opinião de Martim Lutero sobre a questão da liberdade do cristão. Esse momento do trabalho é analítico para que se possa posteriormente apresentar alguns tópicos de caráter especulativo.

A ideia de liberdade do cristão em Lutero apresentada em seu clássico livro “Da liberdade cristã” é bastante pontual. É importante que se entenda que os escritos de Lutero não fogem em momento algum do aspecto militante que preenche toda sua teologia. O desenvolvimento do pensamento do autor é sempre ligado com seu momento

¹ Teólogo. Mestre e doutorando em Ciências da Religião pela Umesp. Professor do Cesumar – Centro Universitário de Maringá. elton.tada@cesumar.br

histórico, com as lutas e necessário entraves intelectuais do período da reforma protestante.

Lutero afirma que: “um cristão é senhor livre sobre as coisas e não está sujeito a ninguém. Um cristão é um servo prestativo em todas as coisas e está sujeito a todos” (LUTERO, 2009, p.7). Essa afirmação inicial de parece ser contrastante. O autor afirma que o cristão é senhor e servo. Entretanto, essa aparente contradição é a base do pensamento de Lutero sobre a liberdade do cristão, e é uma expressão resumida daquilo que vamos analisar adiante de maneira pormenorizada.

Lutero acredita que o cristão é “senhor”, ou seja, que possui liberdade de escolha e poder sobre seu próprio destino. Ele também afirma que o cristão é “servo”, isto é, devedor por excelência. Enquanto servo ele deve obedecer determinadas ordens. Enquanto “senhor” elabora normas e condutas a serem seguidas.

Vejam como funciona esse reinado e senhorio que Lutero afirma ser uma característica do cristão:

Esse é um reinado espiritual, em que nada há, por melhor ou pior que seja, que não venha a ser para meu próprio bem, se tenho fé. Contudo, de nada necessito, porque minha fé me basta. Vede que preciosa liberdade e poder é esse dos cristãos! (LUTERO, 2009, p.24)

O reinado do cristão consiste na compreensão de que nada há que não seja para seu próprio bem. Entretanto, esse benefício é específico de quem é cristão. E, para ser um legítimo cristão Lutero aponta uma regra indelével: a fé.

A fé é o princípio que torna a pessoa cristã. A partir dessa condição então o cristão pode desfrutar do benefício de sua liberdade. A liberdade de reinar e não encontrar nada que não seja para seu próprio bem.

Logo, é adequado que a única obra e prática dos cristãos deveria consistir em gravar em seu ser a palavra e Cristo, exercitando e fortalecendo sem cessar essa fé. Pois nenhuma outra obra é capaz de fazer de alguém uma pessoa cristã. (LUTERO, 2009, p.13)

Lutero mostra a ordem do desenvolvimento da liberdade de maneira pontual: o ser humano tem fé, logo, é cristão, e somente assim pode gozar da liberdade de ser cristão. Aquilo que o cristão pratica em sua liberdade é desse modo consequência do fato dele ser cristão. Portanto, suas ações são boas. Não são boas ações para que ele possa se tornar um bom cristão, mas deve seguir a ordem acima posta.

Não são as ações do ser humano que o tornam justo, mas sua fé que faz com que ele seja uma pessoa de boas ações. A fé é imprescindivelmente anterior à ação. Consequentemente, a fé é também anterior à liberdade:

Vemos assim que a fé é suficiente para quem é cristão, sem que necessite de obra alguma para tornar-se agradável a Deus. De onde se deduz que, se não carece mais de boa obra alguma, então certamente também já está dispensado de todos os mandamentos e leis. Se está dispensado, certamente é livre. (LUTERO, 2009, p.17)

É nesse conceito de liberdade que se entende o supracitado conceito de reinado exposto na afirmação inicial aqui citada de Lutero.

Essa fé brota e permanece quando me é dito por que Cristo veio ao mundo, de que maneira posso me valer dele e de seus benefícios, o que ele me trouxe e concedeu. Isso ocorre ali onde é corretamente explanada

a liberdade cristã que dele temos, e como somos reis e sacerdotes com poder sobre todas as coisas. (LUTERO, 2009, p.27)

É necessário agora que se faça uma breve explicação sobre as obras do cristão. Por que tais ações devem ser boas e como funciona tal desencadeamento?

Ao contrário, afim de que não andasse ocioso, Deus o incumbiu de trabalhar, plantar o paraíso, construir e preservar. Tais obras seriam totalmente livres, feitas por nenhuma outra razão senão aquela exclusiva de agradar a Deus, jamais afim de tornar-se agradável a Deus, condição que ele já possuía anteriormente e que também teria sido natural e inata a todos nós. (LUTERO, 2009, p.32)

As ações do ser humano mostram aquilo que a pessoa já é, não fazem o caminho oposto, ou seja, não fazem com que alguém se torne alguma coisa por conta de seus feitos.

Esse pensamento é muito interessante para o conceito da reforma. A sociedade cristã medieval havia vivido muitos anos mantendo a fé do povo ensinando-os a ter tais ou quais ações. A reforma que Lutero prega essencialmente está na forma do trato que a igreja deve ter com seus fiéis. Isso ele aponta tanto na teoria discorrendo sobre a liberdade do cristão quanto na prática em sua jornada religiosa.

Obras más jamais fazem de alguém uma pessoa má, mas alguém que é mau realiza obras más. Ou seja, a pessoa deverá ser boa e justa já antes de realizar boas obras, e obras boas seguem e emanam da pessoa boa (LUTERO, 2009, p.33)

Provavelmente pelo fato de estar intensivamente conectado com os problemas reais de seu tempo Lutero não se contenta em provar teologicamente seu posicionamento a respeito da conduta cristã, mas milita em favor de tais causas. Em seu pensamento teológico pode-se notar que a presença “do outro”, do próximo na linguagem cristã, é uma necessidade a ser compreendida.

Se Lutero parasse sua explanação teológica no âmbito do conceito de “reinado” reforma alguma teria sido feita no âmbito do pensamento cristão. Mas ele faz questão de afirmar categoricamente a importância da servidão. Esse é próximo passo da presente análise.

Essa é a razão pela qual o ser humano não pode prescindir das obras no trato com seus semelhantes; antes, há de falar e agir com eles, ainda que nenhuma dessas obras lhe seja necessária para tornar-se agradável a Deus e ser bem-aventurado. (LUTERO, 2009, p.39)

A importância que Lutero dá ao “outro/semelhante” salta aos olhos de quem lê seus escritos. Desse modo, é válido que façamos uma leitura do pensamento do teólogo em diálogo com a teoria contemporânea levinasiana da alteridade. Ao fim de tal aproximação pode-se avaliar a validade da alteridade do pensamento de Lutero para a atualidade, bem como entender os limites da compreensão do “outro” no pensamento do autor.

3 PROJETOS DE ALTERIDADE

O autor escolhido para tratarmos sobre a alteridade é Emmanuel Levinas (1906-1995), filósofo de origem judaica, nascido na Lituânia. A escolha desse filósofo concorre com a negação de outros como Martin Buber, Paul Ricoeur e Enrique Dussel, os quais

poderiam certamente ser base para a discussão da alteridade. A escolha de Levinas decorre do fato da obra do autor ser uma sincera acolhedora de diálogos. Sua filosofia da alteridade é nesse sentido específico mais neutra do que as dos demais autores supracitados. Pode-se dizer que o pensamento de Levinas se lê em francês, mas se interpreta em qualquer língua.

Levinas gastou grande parte de seu trabalho falando sobre alteridade. Para tanto, discutiu assuntos e perspectivas correlatas de modo bastante profundo, e chegou à necessidade da formulação de uma teoria na qual a ética substitua a filosofia enquanto filosofia primeira².

Tal ética se dá a partir do choque do encontro da face do outro, que é o princípio da alteridade. Assim, a existência em si é o resultado da ética, que se dá no encontro primeiro – que é choque – com a face do outro. O pensamento levinasiano pode ser considerado de certo modo pós-metafísico, mesmo mantendo a necessidade de um algo, uma filosofia que seja primeira, que substitua a noção clássica de metafísica³. Já o pensamento de Lutero, que está detido no âmbito da discussão cristã aponta que “a partir de tudo isso, chega-se à conclusão de que a pessoa que é cristã não vive em si mesma, mas em Cristo e no seu próximo – em Cristo, pela fé; e no próximo, pelo amor” (LUTERO, 2009, p.48). É entendido que do mesmo modo como o cristão é livre para viver em Cristo pela fé, possui a necessidade de viver no outro, pelo amor. Existe um necessário desencadeamento de fatos.

A face do outro com a qual o encontro gera a existência é algo bastante peculiar da obra de Levinas e merece aqui uma atenção especial:

O não-sintetizável por excelência é, certamente, a relação entre os homens. Também nos podemos interrogar se a idéia de Deus, sobretudo como Descartes a pensa, pode fazer parte de uma totalidade do ser, e se ela não é antes transcendente relativamente ao ser. O termo transcendência significa precisamente o facto de não se poder pensar Deus e o ser conjuntamente. Da mesma maneira, na relação interpessoal, não se trata de pensar conjuntamente o eu e o outro, mas de estar diante. A verdadeira união ou a verdadeira junção não é uma junção de síntese, mas uma junção de frente a frente (LEVINAS, 1982, p.69).

O encontro com a face do outro não é movimento. Não se dá em etapas as quais, sendo uma após outra superadas, possam gerar algum conhecimento sobre a existência do ser humano. O encontro é instantâneo: é choque. Por ser choque, não deve ser

² Pode-se lembrar aqui da máxima aristotélica: “Se não existe nada de eterno, também não poderia existir o devir” (Aristóteles, *Metafísica*, B 4, 999 b 5-6).

³ Sobre o assunto da relação de Levinas com os ideários filosóficos do dito fim da metafísica existem diversas opiniões importantes. Entretanto, as mais expressivas afirmam em uníssono a impertinência da nomenclatura “pós-moderno” para o sistema levinasiano. Ele ainda busca uma filosofia primeira, mas substitui a metafísica pela ética, o solipsismo pela relação: “Sustentamos pois que a ruptura com o ser, que Levinas não cessa de apregoar, implica necessariamente uma expulsão ininterrupta do conatus, um desencantar permanente que nos revela a íntima relação que a repetição poética acaba estabelecendo com o reino da Essência. Nesse sentido, o *autrement qu’être* é bondade como Dizer que extrapola os limites do ser; ele tem por base um desencantamento da ontologia” (FABRI, 1997, p.119); “o discurso de Levinas não dispensa a ontologia, mas procura se servir dela para superá-la. A expressão ‘para além da essência’ não significa um abandono da essência nem sua negação: a própria essência é necessária para transcendê-la” (BUCKS, 1997, p.136); “esta é a opção levinasiana: a procura da validade do sentido para além da verdade da imanência do Ser, o anúncio não somente profético ou utópico da realidade do Não-ser – o que costuma se dar, na medida em que categorias filosóficas tradicionais são preenchidas com elementos inadequados. Trata-se de uma radicalização inteligível da insuficiência do discurso da imanência” (SOUZA, 1999, p.26). Levinas afirma sobre o assunto: “pensar, após o fim da metafísica, é responder à linguagem silenciosa do convite; é responder, do fundo de um escutar, à paz que é a linguagem original; pensar é maravilhar-se deste silêncio e desta paz” (LEVINAS, 1993, p.96).

considerado o encontro de um alguém com outro alguém. É, antes da existência de algum sujeito. É o pressuposto para o nó da subjetividade.

É uma estrutura que, de modo algum, se assemelha à relação intencional que nos liga, no conhecimento, ao objeto – a qualquer objeto, ainda que fosse um objeto humano. A proximidade não se reduz a esta intencionalidade; em particular não se reduz ao fato de eu conhecer o outro (LEVINAS, 1982, p.89).

E complementa:

Assim, pergunto-me se podemos falar de um olhar voltado para o rosto, porque o olhar é conhecimento, percepção. Penso antes que o acesso ao rosto é, num primeiro momento, ético. Quando se vê um nariz, os olhos, uma testa, um queixo e se pode descrever, é que nos voltamos para outrem como para um objecto. A melhor maneira de encontrar outrem é nem sequer atentar na cor dos olhos! Quando se observa a cor dos olhos, não se está em relação social com outrem. A relação com o rosto pode, sem dúvida, ser dominada pela percepção, mas o que é especificamente rosto é o que não se reduz a ele (LEVINAS, 1982, p.77).

É sim um encontro do “si próprio” com o outro, no qual o “si próprio” passa a ter existência. Sendo assim, não há um desequilíbrio que tenda para uma ação primeira que parta de um ou de outro. É um choque que é potência de ambos os lados, mas no qual cada um responde infinitamente por sua existência e seu mundo.

Lutero, em seu estudo sobre a liberdade do cristão aponta para uma referência bíblica. Fala sobre Maria após o nascimento de Cristo.

Em Lucas 2 [v.22] lemos o seguinte: depois das seis semanas, a Virgem Maria foi à igreja, deixando-se purificar de acordo com a lei, como todas as demais mulheres; se bem que ela não fosse impura como as demais e embora, portanto, não estivesse obrigada a tal purificação nem dela necessitasse. Ela agiu assim, porém, por livre amor, por não querer desprezar as demais mulheres, mas sim permanecer em sua companhia (LUTERO, 2009, p.43).

Aqui é visto que Maria se aproxima das outras mulheres, se permite estar na mesma situação que elas mesmo não estando. Esse não é exatamente o sentido da alteridade levinasiana, entretanto, abre a possibilidade do encontro real com a face de outrem. Para Levinas, é impossível que o si responda pelo outro⁴, ou entenda o outro em sua relação pelo simples fato de que esse comportamento poderia gerar desculpas nas quais o indivíduo possa se esquivar da plena responsabilidade quanto a tudo.

Se a face do outro não me é palpável, nem conhecida, mas o choque primeiro de minha existência, então é impossível que eu me escuse da infinita responsabilidade ética que há quanto a face do outro. Sendo assim, a responsabilidade não é apenas infinita quanto à face do outro, quanto ao outro em si, mas quanto a qualquer outro possível. A responsabilidade é pelo feito e pelo não-feito. Atinge a existência humana diametralmente, pois parte de uma ética que ocupa o lugar de filosofia primeira.

⁴ Quando perguntado sobre a reciprocidade lógica de seu princípio da alteridade, Levinas responde: “Talvez, mas isso é assunto dele. Um dos temas fundamentais, de que ainda não falamos, de totalidade e infinito, é que a relação intersubjetiva é uma relação não simétrica. Neste sentido, sou responsável por outrem sem esperar a recíproca, ainda que isso me viesse a custar a vida. A recíproca é assunto dele” (LEVINAS, 1982, p.90).

A responsabilidade é o que exclusivamente me incumbe e que, humanamente, não posso recusar. Este encargo é uma suprema dignidade do único. Eu, não intercambiável, sou eu apenas na medida em que sou responsável. Posso substituir a todos, mas ninguém pode substituir-me (LEVINAS, 1982, p.93).

Portanto, o grande foco da ética de Levinas está na responsabilidade do ser humano, que é infinita. Não importa qual é o outro que se dá na relação de encontro do face-a-face que gera existência. Pelo contrário, quando se sabe as características da face do outro no encontro não se dá uma relação social plena com o mesmo, mas sim uma relação com conceitos pressupostos historicamente. Lutero, depois de propor como funciona a liberdade do cristão aponta que:

Logo, embora a pessoa cristã seja livre, deverá de bom grado tornar-se serva, afim de ajudar seu próximo, tratando e agindo para com ele assim como Deus agiu para com ela própria por meio de Cristo – e tudo isso gratuitamente, sem pretender nada para si, mas apenas agradar a Deus (LUTERO, 2009, p.41).

Esse “dever” ajudar ao próximo é a grande responsabilidade do cristão. Lutero não propõe um estudo sobre a liberdade do ser humano em geral, mas sim do cristão. Nesse sentido o cristão possui uma responsabilidade que, se olhada a partir de Levinas é a responsabilidade final de todo ser humano.

Levinas propõem uma responsabilidade infinita ao ser humano pelo simples fato de existir. Isso pode parecer um esquivo da prática social militante libertária, mas não é se analisada dentro do contexto de Levinas. Ele, enquanto judeu, foi fugitivo do regime nazista na Europa, e experienciou as mais diversas formas de desigualdade e opressão do século XX. E a resposta para essa experiência foi a formulação de sua teoria, na qual ele mesmo se põe como responsável por tudo. Já Lutero lutava pela liberdade do cristão dos ensinamentos equivocados do cristianismo de sua época. Entretanto, apesar da grande diferença temporal, ambos buscavam a humanização do ser humano de seu tempo.

Quando a responsabilidade se estende a toda realidade humana e o conceito de outro se estende a “qualquer outro”, então se pode pensar numa existência humana marcada pelo respeito ao apelo primeiro e existencial do encontro com a face do outro.

4 CONCLUSÃO

É importantíssimo para a compreensão da reflexão aqui feita a percepção de que Lutero e Levinas estão discutindo o ser humano em âmbitos diferentes. Levinas estuda o ser humano em sua totalidade enquanto Lutero aponta apenas as necessidades do cristão, não se preocupando em demonstrar como essas relações se dariam fora do cristianismo.

A semelhança que há entre os pensamentos analisados é de fácil visualização. Não existe uma completa simetria, mas, considerando as diferenças históricas pode-se entender a semelhança do objetivo de ambos discursos.

A ideia de liberdade que foi primeiramente analisada é que torna a ponte entre os dois autores ainda mais sólida. Se Lutero, em sua convicção cristã, abre uma exceção com relação à liberdade para garantir o respeito e a responsabilidade com outrem, então em última análise ele atinge, para o cristão, o mesmo pressuposto que Levinas propõe ao ser humano em geral, o da responsabilidade ilimitada.

É nesse espírito de respeito e responsabilidade que as grandes personagens do pensamento mundial têm lutado para alcançar, através de teorias e pensamentos

diversos, a humanização do ser humano. Cada qual o faz em seu contexto, e colocar autores em diálogo como aqui foi feito é entender às vezes existe mais conteúdo dentro de uma teoria do que aquilo que nos inicialmente apresentado.

REFERÊNCIAS

BUCKS, René. A Bíblia e a Ética: a relação entre a filosofia e a Sagrada Escritura na obra de Emmanuel Levinas. São Paulo: Loyola, 1997.

DUSSEI, E. Método para uma filosofia da libertação. São Paulo: Loyola, 1986.

FABRI, Marcelo. Desencantando a ontologia: subjetividade e sentido ético em Levinas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

HADDOCK-LOBO, Rafael. Da existência ao infinito: ensaios sobre Emmanuel Levinas. São Paulo: Loyola, 2006.

JUNIOR, Nilo R. Sabedoria da paz: Ética e Teo-lógica em Emmanuel Levinas. São Paulo: Loyola, 2008.

LÉVINAS, Emmanuel. De Deus que vem à idéia. Petrópoles: Vozes, 2002.

_____. Ética e infinito. Lisboa: edições 70, 1982.

_____. Humanismo do outro homem. Petrópoles: Vozes. 1993.

_____. Totalidad e infinito: ensayos sobre la exterioridad. Salamanca: Sígueme, 1977.

LUTERO, Martim. Da liberdade cristã. São Leopoldo: Est/Sinodal, 2009.

MELO, Nilo V. A ética da alteridade em Emmanuel Levinas. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

PELIZZOLI, Marcelo. Levinas: a reconstrução da subjetividade. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

PURCELL, Michael. Levinas and theology. Cambridge – USA, 2006.

RICOEUR, Paul. O si-mesmo como um outro. Campinas: Papirus, 1991.

SOUZA, Ricardo T. Sujeito, ética e história: Levinas, o traumatismo infinito e a crítica da filosofia ocidental. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

SUSIN, L. C. Éticas em diálogo. Levinas e o pensamento contemporâneo: questões e interfaces. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.